



Artigos/Articles

A construção dos significados do rolezinho na viagem de signos *The construction of the meanings of "Rolezinho" in signs travels*

Hellem da Silva Espíndola¹

RESUMO

Este artigo propõe uma discussão sobre a viagem de signos e a construção semiótica da vida social, reflexão teórica baseada no fenômeno conhecido por *rolezinho*. Tais eventos criados pelo Facebook para acontecerem em shoppings de cidades brasileiras reuniram um grande número de de jovens (especialmente das periferias) para conversar, namorar, passear. No Rio de Janeiro, a rápida circulação de um dos convites virtuais para um rolezinho no shopping Leblon somou mais de seis mil confirmações em menos de dois dias, alarmando clientes e lojistas e gerando embates de sentidos que apontam principalmente para uma longa história de preconceitos, em especial de raça e de classe. Para observar a construção dos significados do rolezinho, estudo o conceito de *entextualização* (Bauman e Briggs, 1990), referente à propriedade de textos serem descontextualizados “tornando-se, conseqüentemente, disponíveis para serem ecoados, reciclados e recitados em ambientes semióticos diferentes” (Fabrício, 2014:150-1). Quanto à comunicabilidade, observo como certas ideologias viajam por meio de textos/discursos, segundo visões de mundo, crenças e regulações que são performadas nas cenas cotidianas. Em seguida, estudo outro modelo de circulação – o de cartografias comunicáveis, proposto pelo antropólogo Charles Briggs (2007), importante conceito para aprofundarmos o entendimento de como sujeitos constroem e fazem circular as noções que projetam sobre o rolezinho e seus participantes. Neste processo, analiso como certos mapas cartográficos são idealizados como possíveis enquanto outros são desqualificados contribuindo para a disseminação por contato do medo e do ódio e a conseqüente segregação dos espaços urbanos e perseguição a expressões culturais periféricas

¹ Universidade Estacio de Sá. ORCID <https://orcid.org/0000-0002-4370-0512> . Email: hellemse@hotmail.com

| **Palavras-Chave:** rolezinho, entextualização, comunicabilidade.

ABSTRACT

This article discusses the travels of signs and the semiotic construction social life, theoretical reflexion based on the study of the phenomenon known as rolezinho. These events organized via Facebook gathered a huge number of Young people (especially those coming from peripheries) in diferente malls around Brazil to chat, date and walk around. In Rio de Janeiro, the fast circulation o fone of these online invitations, meant to happen in a fancy mal (Shopping Leblon), had more than six thousand followers in less than two days, threatning customers and merchants and generating meaning struggles which indicate a long history of prejudice, notably of race and social class. In order to observe the construction of the rolezinho meanings, I study the concept of entextualization (Bauman e Briggs, 1990), which refers to the property texts have of being decontextualized, “becoming, consequently, available for being echoed, recicled and recited in different semiotic environments” (Fabrício, 2014:150-1). Concerning communicability, I observe how some ideologies travel through texts/dicourses according to world views, beliefs and principles performed in everyday scenes. Then, I study other model of circulation – communicable cartographies, proposed by the anthropologist Charles Briggs (2007), important concept for us to deepen the knowledge of how people construct the meanings of rolezinho and make them circulate. In the process, I analyze how some cartographies are taken as possible while others are disqualified, contributing to the dissemination of fear and hatred and to the eventual urban space segregation as well as to the harassment of cultural expressions of peripheries.)

| **Keywords:** rolezinho, entextualization, communicability.

1. Introdução

A memória é redundante. Repete os símbolos para que a cidade comece a existir (CALVINO, 1990:23).

Na contemporaneidade, estamos imersos em um padrão tecnológico informacional que movimenta intensamente o modo como os significados são produzidos e interpretados. A mobilidade de discursos, pessoas, objetos, performances identitárias, signos etc. acelera e incrementa os contatos, ação possibilitada principalmente por experiências digitais vividas nas redes sociais. Neste cenário, vemos que

identidades e alteridades normalizadas, globalizadas, midiáticas e ciberculturalizadas, cada vez mais viajam,

temporal e espacialmente e, na relação com muitos outros, ‘vibram’ de maneiras diversas; esses contatos produzem uma pluralidade de significados articulados em textos e discursos que, dispersos em sua profusão, não os dão a conhecer (FABRÍCIO, 2013:145).

Se os textos e discursos são plurais e se propagam dispersivamente sem que tenhamos como dimensionar seus horizontes, também podemos afirmar que seus efeitos de sentido seguem rotas igualmente plurais, ou seja, há uma multiplicidade de frutos nascidos de trajetórias semióticas na vida social de modo imprevisível. Os efeitos de nossas atividades semióticas engendram materialidade, ou seja, eles são performativos, incidindo sobre nossos corpos e sobre as práticas sociais nas quais nos engajamos (Butler, 1997; Borba, 2014).

A tarefa deste artigo é explorar os conceitos de entextualização e de comunicabilidade como forma de refletirmos sobre a circulação de textos e de processos de significação, entre eles a produção de naturalizações e de estabilidades. Dessa forma, observo o modo como, no movimento de textos e de signos, a performatividade sublinha certos “códigos de significação que subjazem certas performances” (Borba, 2014:450). Tendo como base os conceitos de entextualização (Bauman e Briggs, 1990) e de comunicabilidade (Briggs, 2007), observo as viagens de signos e construções de sentidos sobre o evento chamado *rolezinho*.

2. Entextualização e a dinâmica da repetição-inovação

Textos, nas diversas interações cotidianas das quais participam, não são simplesmente levados de um lugar para outro. Diferentemente, são retomados, recriados e disseminados nas trajetórias que percorrem.

A notícia do evento “Rolezinho no Shopping Leblon” na página do Facebook, por exemplo, seguiu itinerários não previsíveis sendo repetida, compartilhada e recompartilhada em conversas cotidianas e em diferentes mídias (jornais e revistas impressos e *online*, entre outros). O evento publicado na referida rede social, por sua vez, gerou compartilhamentos no próprio Facebook e no Twitter, além de 647 comentários que também geraram outros comentários e marcações de curtida e de não curtida. O que podemos observar de imediato nesta movimentação de compartilhamentos gerados pela criação do evento é a capacidade que os textos têm de deslocamento.

Tais viagens textuais chamam nossa atenção para a habilidade que textos têm de se desenredarem de um determinado contexto e de seguirem novos rumos. As trajetórias que percorrem são incontáveis e, neste processo, já não são mais nem aquele texto “inicial”, tampouco uma construção discursiva totalmente nova, inaugurada na interação presente e sem as marcas trazidas pelo caminhar. Silva (2014: 68) afirma que

a relativa autonomia dos textos não significa que o texto deva ser analisado como objeto autônomo. Embora a análise do texto como um objeto em si seja legítima para determinados propósitos, para muitos outros propósitos entender um texto como “autossuficiente” é congelar sua historicidade; essa postura pode, em último caso, nos impedir de entender como certos elementos textuais se tornaram “verdade”, “mentira”, “voz”, “fato”, “afeto” a partir de determinados regimes de circulação de discursos.

Então, entender que os textos se movimentam; que são desmembrados, recombinaos, recriados, compartilhados e que viajam por tempos e espaços levando muito mais do que uma dada estrutura linguística pode nos ajudar a criar inteligibilidade sobre as questões da vida social.

Bauman e Briggs (1990) denominam *entextualização* o movimento incessante de descontextualização e de recontextualização natural à vida dos textos. Nestes deslocamentos contínuos, os percursos seguidos por eles têm muito a dizer sobre a história de construção dos significados. Isso porque, na atividade de transportar, vemos que um trecho de um texto qualquer – ele próprio já resultado de múltiplas entextualizações –, ao ser erguido de uma dada situação interacional e precipitar em outra situação de trocas discursivas, encontra a impossibilidade de reprodução pura e exata do texto “original”.

A entextualização é, assim, o próprio rompimento; um movimento que liberta o texto da ideia de origem-destino, princípio-fim e também da ideia de reprodução. Quando um texto viaja, de onde vem? Para onde vai? Quem o levou? Para quem é levado? Por que meios viaja? Que significados são atribuídos a ele? Como interpelam interlocutores? Que efeitos de sentido produzem? O controle da entextualização nos faz questionar o ideal de precisão que tradicionalmente utilizamos para responder perguntas dessa natureza. Com tantas e tão diferentes variáveis operando na recriação dos textos que circulam, como conceber que estes saltariam “puros” e de modo transparente de contexto a contexto?

Entextualizar, portanto, é deslocar textos/partes de textos. Em outras palavras, é fazer com que discursos sejam convertidos em textos que circulam e que, a cada viagem, absorvem novos elementos dos ambientes por onde passam. Bauman e Briggs (1990:73) afirmam que a entextualização é o processo incessante de fazer de “um trecho de produção linguística uma unidade – um trecho – que pode ser conduzido para fora de seu evento interacional”.

A ideia de movimento dos discursos em que o conceito de entextualização se localiza tão apropriadamente pode ser associada à metáfora dos ciclos do discurso proposta por Scollon e Scollon (2004). Os autores fazem uma analogia com o ciclo da água. Para eles, os discursos circulam como

nuvens e, em determinados espaços/tempos, precipitam, isto é, se materializam em alguma situação interacional. Daí, novamente “evaporam” e voltam a circular em um ciclo interminável do qual não podemos recuperar o início e muito menos presumir um final. Os ciclos discursivos prosseguem e a movimentação contínua, ou seja, o fluxo das nuvens, a chuva, o solo molhado, a evaporação e a formação de novas nuvens que afetam as interações cotidianas de muitos e diversos modos, trazem a ideia de disseminação. Há uma disseminação-transformação infindável de ciclos discursivos.

Scollon e Scollon (2004:X) apresentam um tipo de investigação a que dão o nome de *análise de nexos*, cuja proposta é “o estudo de ciclos semióticos de pessoas, objetos e discursos em e durante momentos de importância sociocultural”. Os autores explicam ainda que

uma análise de nexos requer não só um exame cuidadoso e empírico do momento sob análise, mas também uma análise histórica das trajetórias ou ciclos do discurso que se cruzam naquele momento, assim como uma análise das participações que são abertas pelas ações sociais desenvolvidas naquele momento (SCOLLON e SCOLLON, 2004:8).

Como podemos perceber, os autores conferem complexidade ao movimento analítico, sublinhando o fato de que as atividades em que nos engajamos cotidianamente, assim como o modo como as interpretamos, não podem ser compreendidas isoladas dos discursos situados em espaços específicos, das experiências e conhecimentos que adquirimos em nossas trajetórias particulares e dos diferentes tipos de interação de que participamos nos diversos espaços por onde circulamos. Em outras palavras, “nada acontece em um vácuo social e político” (p. X).

Isso quer dizer que, ao olharmos para nossas atividades semióticas em um dado momento, devemos necessariamente “ir além”, olhando para os diferentes *ciclos do discurso* que compõem nossas trajetórias. Como nos ensina Blommaert (2010:5), tais ciclos são itinerários do discurso²,

trajetórias de ‘ressemiotização’, algo que se apoia no *insight* fundamental de Scollon que o discurso sempre foi mediado (Scollon, 2001) – nunca foi só ‘texto’, mas sempre ação social humana no mundo real, cheio de pessoas, objetos e tecnologias.

² Segundo Blommaert (2010), Scollon teria, em seu texto de 2008, substituído o termo “ciclos do discurso” por “itinerários do discurso”.

Os ciclos do discurso são compostos de histórias passadas e de projeções futuras em que a ação social (formada por linguagem, pessoas, grupos e tecnologias que se misturam) é entendida na interseção de três elementos principais, que criam um nexos: corpos históricos, discursos situados e ordem interacional. Para Blommaert (2010:5), os três elementos que se entrecruzam na ação social são dimensões históricas. Segundo ele, “a historicidade repousa no fato de que todos se referem a histórias da ação humana cristalizadas em padrões sociais normativos de conduta, expectativa e avaliação”. Os corpos históricos, por exemplo, são construídos nas experiências de vida das pessoas. Cada um de nós vai acumulando nos corpos ações repetidas que se traduzem em comportamentos e expectativas de como devemos agir.

Assim como Calvino (1990) nos lembra na epígrafe desta seção, “a memória é redundante”, e poderíamos seguir e reconstruir a sua lógica: “repete os símbolos para que a gente comece a existir”. Blommaert lembra ainda que “corpos históricos foram formados em espaços sociais particulares e que representam, para usar uma noção mais antiga, a ‘competência comunicativa’ das pessoas em tais espaços” (p. 6). Como exemplo, podemos trazer o relato do jornalista carioca Ernesto Xavier que, em seu perfil no Facebook, descreve como o seu corpo histórico acumula experiências particulares de como deve agir como homem jovem negro. Ernesto diz:

Sou negro. Neste momento estou trajando bermuda de praia e camiseta. Estou em Copacabana. Vou correr na areia da praia. Não levarei dinheiro, nem documentos. Segundo a lógica carioca posso ser preso, levarei um tiro ao correr ou vou apanhar de um justiceiro. Para você que acha que me faço de vítima: essa é a minha realidade. Enquanto você tem medo de ir à praia e perder seu Iphone, eu tenho receio de morrer. Não é justo pra ninguém, correto? Só que durante TODA a vida fui "confundido" com bandido apenas por ser negro. Meu mundo é assim. A toda hora ter que provar que sou honesto. Caso eu morra não terão protestos nas redes sociais, nas ruas, na mídia. Serei mais um preto. Lamentarão a família e os amigos. E você? Tem medo de que?

Ernesto aprendeu, ao longo de sua vida, os códigos sociais autorizados sobre o movimento de seu corpo nos espaços. Ser negro implica, muitas vezes, não correr na praia, ter medo de ser morto, ter de provar a própria honestidade. Isso aparece na escolha da roupa, na atenção para os movimentos do corpo, para o direcionamento do olhar etc. Enquanto o corpo histórico de Ernesto naturalizou certas normas sobre como se comportar em

determinados espaços³, outros corpos históricos, com outras experiências e trajetórias, aprenderam, por exemplo, que ao cruzar com um jovem negro na areia da praia, devem esconder o *iPhone*. Blommaert (2010:7) afirma que

participantes de uma ação social trazem seus corpos reais para o jogo, mas seus corpos são semioticamente orientados: seus movimentos e posições são centrais para a produção de significados e são organizados em torno de padrões normativos de conduta.

Quando falamos de corpos históricos, devemos lembrar que estes estão sempre interagindo e circulando por diferentes espaços. Os espaços, por sua vez, não são neutros; eles também são atores em processos sociolinguísticos (Blommaert, 2010) e atendem a diferentes normas e expectativas sobre o modo como devem ser interpretados e ocupados. Espaços, portanto, também são históricos, isto é, também são criados com base em certos padrões que solidificam e naturalizam modos de ser e de agir. Para Blommaert (2010:8), “o corpo histórico é, então, estreitamente conectado a espaços históricos: ficamos habilitados no uso do espaço social e físico e nossos corpos se moldam [...] cada vez que entramos ou saímos de certo espaço”.

Ao entrar em um *shopping center*, por exemplo, carregamos conosco, em nossos corpos históricos, expectativas socioculturais compartilhadas sobre como devemos nos comportar naquele espaço. Há acordos firmados por discursos situados naquele local que funcionam como sinalizadores das performances “adequadas” (placas informativas e proibitivas, anúncios etc.). Vemos, portanto, que há uma forte interação entre os corpos históricos, espaços históricos e os discursos situados (Scollon e Scollon, 2004), visto que aprendemos a circular por diferentes ambientes atentando para regimes de regulação vigentes. Aprendemos a condicionar nossos corpos históricos aos códigos lançados por discursos situados em espaços históricos⁴, espaços semióticos e semióticos do que ocorre à sua volta (Blommaert, 2012).

Contudo, como argumentado anteriormente, apesar da força coercitiva da iteração de regras e de padrões, a repetição sempre comporta, em algum nível, possibilidade de transgressão. A iterabilidade repete, mas sempre recria. Scollon e Scollon (2004:13) contemplam tal dinâmica em suas considerações sobre a ordem interacional que definem como “qualquer um dos muitos arranjos sociais

³ Chamo atenção para o fato de que Ernesto transgredir tais regras. Na violação do código de conduta que se impõe sobre seu corpo negro, reflete metapragmaticamente sobre os efeitos de suas ações.

⁴ Lembro novamente que, algumas vezes, nossos corpos históricos aceitam as normas impostas pelos espaços históricos e, em outras, desafiam as normas impostas. Como exemplo, há o caso das crianças que trabalham nos sinais em frente aos shopping centers e que se limitam a olhá-los da rua, à medida que outras se divertem passeando pela praça de alimentação enquanto os seguranças tentam expulsá-las.

possíveis por meio dos quais formamos relações em interações sociais”. Segundo os autores, o que mais os interessa é o fato de que as pessoas costumam agir de modo diferente se estiverem sozinhas ou acompanhadas. De fato, um rolezinho, por exemplo, atende a uma determinada ordem interacional em que corpos históricos recombina o modo como se relacionam com o espaço histórico “*shopping center*” e com os discursos situados sobre a proibição de grandes grupos andando por seus corredores, fazendo circular novos significados sobre a ocupação dos espaços. Nesses processos, podemos observar a constante tensão presente na dinâmica entre a repetição e a alteração.

No contexto sob investigação, o movimento de entextualização segue, muito frequentemente, um padrão. Em especial nas sessões de comentários (tanto da página do evento “Rolezinho no Shopping Leblon” no Facebook, quanto nas várias matérias publicadas e entextualizadas pelo portal de notícias *online* G1), emergem discursos de ódio que se materializam na circulação de textos e de imagens de repulsa e abominação particularmente contra as pessoas mais pobres e negras. Das práticas semióticas observadas, ergue-se, em muitos momentos, um Brasil preconceituoso e racista, dado à segregação, à eliminação, à violência e avesso à convivência democrática da população. Por outro lado, tais entextualizações hostis são frequentemente retomadas e ressignificadas por constantes confrontos que sinalizam movimentos de resistência e de mutação das lógicas projetadas.

Da mesma forma, as manifestações culturais não são praticadas livremente, mas ocorrem em meio a lutas, embates corpóreo-semióticos pelos espaços e pelo direito de se expressar culturalmente. Estes, ao ameaçarem as expectativas de ordem e organização do território, trazem visibilidade para as regras vigentes e práticas sistemáticas de exclusão, criando um estado de provocação. Espaços urbanos são, desse modo, arenas de disputas.

3. A comunicabilidade do rolezinho

Segundo Briggs (2007), certas formas de comunicação são contagiosas. Embora as ideias de contágio e de infecção possam a princípio parecer estranhas aos fenômenos comunicacionais, elas participam de práticas linguageiras contemporâneas. É bastante comum, por exemplo, ao interagirmos nas redes sociais, nos depararmos com pessoas mencionando que notícias, fotos, artigos “viralizaram”, ou seja, que ganharam uma dimensão infecciosa e se espalharam rapidamente em várias direções, atingindo um número cada vez maior de pessoas. Quando ouvimos dizer, portanto, que um texto “viralizou” é porque circulou rapidamente, atingindo altos graus de popularidade, sendo conhecido de grande parte da população. Como sugerem Blommaert e Varis (2015), a viralidade é um fenômeno sociolinguístico que nos faz refletir

sobre os signos, os significados, suas funções e efeitos de sentido. Segundo os autores, as pessoas que participam das interações *online* por vezes compartilham e reagem aos textos (um artigo, por exemplo) “dando *like*” e compartilhando os mesmos tão rapidamente que não teria havido tempo hábil para a leitura do referido texto. Assim, a metáfora biológica não poderia ser mais apropriada para caracterizar o modo infeccioso pelo qual certos textos viajam pelas redes. Vejamos como isso acontece.

Os textos/discursos “infectados” por certas ideologias são extremamente “contagiosos” e, por esta razão, comunicam facilmente por contato seus “vírus” e “bactérias”, ou melhor, certas crenças que viajam por diferentes tempos-espacos. Mas qual é a natureza destes agentes infecciosos? São certas visões de mundo, modos de entender e de projetar significados sobre todas as coisas, sobre os seres e suas práticas que vão infeccionando ininterruptamente novos hospedeiros. E o mais importante: todos os hospedeiros são pontos de comunicação, o caminho por onde a infestação passa, mas não o início e nem o fim dela. Tal metáfora chama atenção em especial para duas questões principais. Em primeiro lugar, não conseguimos recuperar o marco inicial, a origem exata do processo infeccioso, mas podemos acompanhar parte da viralização procurando compreender o modo como a infecção se comporta, o que nos leva ao segundo ponto. Ao viajar, o agente infeccioso sofre mutações. Há algo que é preservado, mas o contato com novos hospedeiros faz com que os vírus se comportem diferentemente e que se reproduzam comunicando novas características/informações não previstas. A imagem deste campo complexo e produtivo projetado por Charles Briggs (2005) traz uma reflexão sobre circulação/viagem/mobilidade de sentidos.

Charles Briggs (2005) traz para o campo de estudos da linguagem esta consideração fundamental sobre a comunicação, como movimento constitutivo de sentidos e não como espelho da realidade. Ao fazê-lo, apresenta-nos ao conceito de *comunicabilidade* ou de *cartografia comunicável*. Segundo ele, há um caráter infeccioso nos textos que os fazem projetar certas visões de mundo como representações fieis da realidade. É como se tais projeções fossem o retrato da verdade, fazendo circular, com muita naturalidade, pontos de vista tomados como transparentes. Dentro deste mapeamento, outras formas de compreensão do mundo são apagadas sendo negadas a elas a mesma possibilidade de circulação. Portanto, para Briggs (2007:556), cartografias comunicáveis “criam posições que conferem diferentes graus de acesso, agência e poder, recrutando pessoas para ocupá-las e convidando-as a construir práticas de auto formação de acordo com seus termos”.

Esta não é, contudo, uma visão aprisionadora dos sentidos projetados. Diferentemente, a atenção volta-se para o modo como certas ideologias linguísticas, por ele entendidas como um conjunto de crenças, ideias, visões e percepções sobre linguagem e comunicação em que as pessoas se apoiam

ao construírem significados sobre a vida social. Charles Briggs (2007) cunha o conceito de comunicabilidade ao explorar como ideologias comunicativas moldam a compreensão sobre representação interacional de acordo com expectativas de transparência, linearidade, precisão, objetividade e isomorfismo entre o evento e sua representação, ignorando assimetrias, tensões e lutas sobre o significado.

Briggs desenvolve quatro pontos principais que caracterizam a comunicabilidade. O primeiro componente a que se refere tem a ver com as construções socialmente situadas dos processos comunicativos, isto é, o modo como as pessoas imaginam a produção, circulação e recepção do discurso. Neste sentido, podemos afirmar que os mapas comunicáveis constroem, no jogo entre seus traços pragmáticos e metapragmáticos, o que está acontecendo em determinado evento semiótico. Neste processo, criam subjetividades e relações sociais interpeladoras construídas de três modos principais. Primeiramente, os textos criam um aparente “ponto de origem” que costuma nos conduzir à ideia de que “assim tudo começou”. Em seguida, a partir deste “ponto inicial imaginário”, os textos passam a caminhar – em geral, linearmente, de um ponto de projeção de sentidos a outro. Por último, os textos projetam determinados públicos, isto é, costumam ser direcionados para um tipo de audiência que eles mesmos criaram como capazes de recebê-los e de reproduzi-los (o que Briggs ressalta ser uma influência, mas nunca uma determinação).

O segundo ponto da comunicabilidade assinalado por Briggs tem a ver com a criação de certas posições para certos tipos de pessoas. As diferentes vozes que circulam em nossa sociedade são organizadas hierarquicamente e “as cartografias comunicáveis criam posições que conferem [a tais vozes] diferentes graus de acesso, agência e poder” (p. 556). Algumas pessoas são, portanto, convocadas a ocupar determinadas posições que indicam certos papéis sociais.

Em terceiro lugar, Briggs assume que cartografias comunicáveis projetam discursos advindos de locais específicos (de laboratórios ou centros de pesquisa, por exemplo) e que viajam por outros tantos espaços (conferências, aulas, Internet) em forma de atividades particulares (entrevistas, análises e publicação de dados) que serão recebidas em outros locais (cafeterias, escritórios). Para ele, é importante compreender que tais projeções discursivas não são necessariamente lineares, viajando, no caso do exemplo acima, de forma direta do laboratório à indústria farmacêutica e desta ao médico para então chegar ao paciente. As projeções podem assumir diferentes temporalidades e caminhos diversos. Contudo, quando alguém aceita as cartografias projetadas tomando-as como naturais e verdadeiras, está participando de certas práticas de espacialização e de temporalização. Nelas, são perspectivizadas certas configurações espaciais e temporais que podem influenciar o modo como

peças passam a se definir. Contudo, lembro que as projeções feitas são sempre aceitas/contestadas/recriadas continuamente nas interações.

O último aspecto da comunicabilidade sinalizado por Briggs diz respeito ao fato de que este é um processo extremamente poderoso e delineador. Por outro lado, também pode ser contestado. O que ocorre é que, embora suas bases sejam construídas em desigualdades materiais e institucionais, ao serem interpeladas pelas projeções construídas para elas, as pessoas reagem. Isso quer dizer que sempre há efeitos materiais que emergem das práticas delineadoras dos mapas comunicáveis. Muitas vezes, as cartografias são aceitas, mas em muitas outras também são desafiadas provocando efeitos diferenciados. Briggs afirma que “ao receberem um texto, as pessoas podem aceitar a cartografia comunicável que ele projeta, aceitá-la, mas rejeitar o modo como esta procura posicioná-las, tratá-la criticamente ou parodicamente, ou invocar cartografias alternativas” (2007:556). Há três fatores, contudo, que fazem toda a diferença no modo como as pessoas reagirão às cartografias comunicáveis projetadas. O capital simbólico, as tecnologias da comunicação e as relações político-econômicas a que têm acesso podem ser pontos decisivos na restrição da possibilidade de circulação de novos modelos.

Como podemos perceber, cartografias comunicáveis são modos de orientar a circulação de discursos, um processo que imagina os sujeitos e as relações sociais construindo-os e ordenando-os, isto é, criando para eles possibilidades e restrições. Há uma pedagogia nas cartografias comunicáveis, ou seja, há certas técnicas que orientam a mobilidade dos discursos. Briggs (2015)⁵ menciona o modo como símbolos podem ser particularmente construídos como herdeiros de uma compreensão de mobilidade, segundo a qual poderiam mover-se independente do contexto, carregando e multiplicando uma verdade simplificadora e generalizável. A questão que o interessa e intriga é exatamente como certos modelos metapragmáticos são construídos como se fossem naturais. É importante, contudo, especificar que aquilo que tomamos como infeccioso está relacionado a uma ideologia linguística comprometida com a pureza e com a estabilidade.

Ao propor uma profunda e produtiva discussão sobre a mobilidade dos discursos, Charles Briggs (2005), sugere que pensemos sobre os fatores que geram essa “mobilidade-imobilidade” discursiva. Em outras palavras, seu interesse se debruça sobre as razões que engendram certas cartografias enquanto outras são mapeadas como não comunicáveis. Para tanto, indica a investigação da relação entre pragmática e metapragmática como crucial para o entendimento dos processos semióticos.

A pragmática refere-se ao modo como os signos são usados no mundo e a metapragmática, por sua vez, ao modo como os signos constroem este estar

⁵ Notas de aula redigidas durante o Ciclo de Altos Estudos UNICAMP e UFRJ – ver revista da Anpoll nas referências.

no mundo. Em nossos movimentos discursivos não há dissociabilidade entre pragmática e metapragmática, pois ao utilizarmos os signos estamos sempre refletindo sobre o seu uso, fazendo escolhas sobre as formas linguísticas e paralinguísticas que devemos usar em certos momentos e lugares e com determinadas pessoas, e indicando o que estamos fazendo ao realizar tais escolhas. Por isso, “cada uso linguístico é simultaneamente um metauso [...]” e “[...] indexa o conhecimento que o falante tem da relação social com o ouvinte”, ou seja, o uso pragmático de formas e expressões linguísticas “liga-se, sempre e inevitavelmente, a um uso metapragmático ou ideológico da língua” (Silva *et al.*, 2014:34-35).

De fato, os usos linguísticos não são isentos de reflexividade, mas costumam atender a um padrão de significados que viaja balizado por mapas que projetam audiências, construindo uma política de voz e de verdade (Silva, 2010). Os signos utilizados nas notícias e artigos sobre o rolezinho nas diferentes mídias, assim como as discussões que estas fomentaram nos espaços de comentários de revistas, *blogs* e jornais *online*, modelam essa política de voz e de verdade. Nela, rolezinhos e rolezeiros aparecem desenhados por narrativas em que são naturalizados na figura do jovem pobre e negro que “invade” os espaços públicos com a proposta de vandalizar e de roubar.

De acordo com Briggs, as dimensões performativas dos modelos metapragmáticos organizam um conjunto de características extremamente eficientes na tarefa de fazer com que os discursos circulem. Das várias dimensões apresentadas por ele, seleciono duas por estarem mais diretamente relacionadas às questões que discutirei.

A primeira delas é a subjetivação, poderoso instrumental de interpelação e de atribuição de posições e de modos de agir que separam e hierarquizam pessoas. Se trouxermos os discursos que circularam sobre os rolezeiros, por exemplo, podemos dizer que o modo como tais jovens são frequentemente posicionados constrói sobre eles, simplificada, o estigma da criminalidade e da violência. Chama atenção o fato de que o discurso produzido sobre os jovens é geralmente formatado e projetado por interlocutores que se posicionam como pertencendo a uma elite privilegiada que parece querer decidir por onde, como e com quem os jovens rolezeiros podem circular. As subjetividades são, assim, hierarquicamente organizadas, indexalizando certo desequilíbrio nas atribuições dos significados que nos constroem na vida social.

Muitos discursos circularam projetando, de modo simplificado e generalizado, um público de classe média/alta e branca como vítimas de jovens periféricos, em geral pobres e negros, posicionados como potenciais agressores. Para as “vítimas” esperava-se a proteção e para os “agressores” a punição. Vários efeitos de sentido podem ser apontados a partir de tal processo de subjetivação, como o crescimento do medo entre a população, o fechamento do

shopping center, os debates acirrados nas mídias, a reprodução de discursos de ódio, além do surgimento de contranarrativas e de protestos, isto é, outros modelos metapragmáticos contestadores da ordem racista e elitista.

A segunda dimensão performativa dos modelos comunicáveis que ressaltado é a espacialização. Esta dimensão diz respeito ao modo como certos espaços são criados e projetados como centros de produção de conhecimento. No exemplo dado por Briggs, o conhecimento médico costuma partir de instituições que espacializam a produção de saberes, desconhecendo e até mesmo desautorizando epistemologias que não façam parte do seu círculo de projeções. Assim, os espaços são hierarquicamente organizados fazendo com que alguns sejam inclusive completamente apagados do mapa, isto é, eles não são espacializados pelos modelos comunicáveis gerando exclusão social. Nos inúmeros comentários sobre os rolezeiros, por exemplo, os subúrbios e seus moradores são completamente desautorizados como produtores de saber. As roupas, músicas, interesses culturais e necessidades não obedecem à lógica de espacialização construída para a “cidade ideal”. Os discursos que circulam sobre a “cidade ideal” operam à luz de uma espacialização que, em sua política higienista e segregacionista, afirmam não só quem pode andar por diferentes partes da cidade, mas principalmente que atividades são autorizadas por certos grupos.

Na contramão da apresentação de um modelo de comunicabilidade totalizador, Briggs (2015:225) insiste que nossos olhares sejam voltados para as metapragmáticas cotidianas, o que procurou fazer observando a ligação entre as práticas e os modelos comunicáveis. Esta é uma discussão muito importante porque toca exatamente em um dos pontos cruciais sobre os modelos metapragmáticos e a sobre a circulação de discursos: quem são os atores sociais que costumam atuar como os gestores de entextualizações?

4. Algumas Considerações

A pergunta lançada não tem o propósito de projetar fixidez sobre as relações sociais, sugerindo que entextualizações estão sempre sob o controle de um determinado grupo de pessoas, responsáveis pela circulação de significados específicos. Na verdade, como sugere Butler (1997), a fala está sempre, de algum modo, fora do controle. Por isso, é importante assinalar que em todas as interações há sempre modelos metapragmáticos em luta possibilitando contestações e novas projeções de sentidos. Em outras palavras, modelos metapragmáticos estão sempre em devir, ou seja, guardam a possibilidade de serem outros. É no movimento de entextualizar, ou seja, de descontextualizar e de recontextualizar textos que as cartografias comunicáveis podem ser compreendidas como flexíveis e passíveis de reconfiguração. Isso se dá exatamente porque na dinâmica das múltiplas entextualizações, os

textos vão rizomaticamente percorrendo outros caminhos e articulando novos significados.

De acordo com tal perspectiva, os significados são sempre outros nas viagens seguidas pelos textos. Falar sobre o rolezinho, portanto, é compreender que não há apenas um modelo metapragmático seletivo, simplificador e performativo que dê conta de um significado singular para rolezinhos e rolezeiros. Todavia, embora generalizações sejam perigosas, pois são incapazes de explicar a riqueza dos fenômenos semióticos, costumam ser altamente performativas, não raro ganhando status de verdade. Pensar sobre a fala do rolezinho à luz dos conceitos de entextualização, indexicalidade e comunicabilidade é importante exatamente para que possamos olhar para a pluralidade de sentidos produzidos que entram em atrito em eventos comunicacionais e para a necessidade de ampliarmos nossas redes interpretativas sobre as pessoas e sobre suas práticas afastando-nos de modelos únicos cuja pretensão totalizante simplifica fenômenos complexos. A noção de comunicabilidade nos ajuda a pensar sobre tal complexidade.

Referências

- BAUMAN, R., BRIGGS, C. 1990. Poetics and Performance as Critical Perspectives on Language and Social Life. In: Coupland, N.; Jaworski (eds.) *The new Sociolinguistics Reader*. New York: Palgrave Macmillan. 607-614.
- BLOMMAERT, J. A messy new market place. 2010. In: *The Sociolinguistics of globalization*. Cambridge: Cambridge University Press.
- _____. 2012. Chronicles of complexity. Ethnography, Superdiversity and Linguistic Landscapes. *Tilburg Papers in Culture Studies*. Paper 29.
- BLOMMAERT, J., VARIS, P. 2015. Conviviality and collectives on social media: virality, memes and new social structures. *Multilingual Margins*, v.2, n.1. 31-45.
- BORBA, R. 2014. A linguagem importa? Sobre performance, performatividade e peregrinações conceituais. *Cadernos Pagu*, n. 43. 441-474.
- BRIGGS, C. 2005. Communicability, racial discourse, and disease. In: *Annual Review of Anthropology* 34:269-291.
- _____. 2007. Anthropology, interviewing, and communicability in contemporary social life. In: *Current Anthropology*, v.48, n.4. 551-580.
- _____. 2015. Rethinking Psychoanalysis, Poetics, Performance. *Western Folklore* 74 (3/4):245-274.
- _____. 2016. Language and the communicability of received wisdoms: entrevista [junho, 2016]. Florianópolis: *Revista da Anpoll* no. 40, p. 192-203. Entrevista concedida a Daniel Silva.
- BUTLER, J. 1997. *Excitable Speech: a politics of the performative*. New York: Routledge.
- CALVINO, I. 1990. *As cidades invisíveis*. Tradução Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras.
- FABRÍCIO, B. F. 2013. A “outridade lusófona” em tempos de globalização: identidade cultural como potencial semiótico. In Moita Lopes, L.P. (org.) O

português no século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico. São Paulo: Parábola.

_____. 2014. The pragmatics of entextualizing a digital 'Lusophone' territory. *Working Papers in Urban Languages & Literacy*. Paper 134.

FERRAZ, M.C.F. 2010. *Homo Deletabilis: corpo, percepção, esquecimento do Século XIX ao XX*. Rio de Janeiro: Garamond.

SCOLLON, R., SCOLLON, S. 2004. *Nexus Analysis: Discourse and the Emerging Internet*. New York: Routledge.

SILVA, D.N. 2010. *Pragmática da Violência: o Nordeste na mídia brasileira*. Tese. Campinas: UNICAMP.

_____. 2014. O texto entre a entextualização e a etnografia: um programa jornalístico sobre belezas subalternas e suas múltiplas recontextualizações. *Linguagem em (Dis)curso* – LemD, Tubarão, SC, v. 14, n. 1. 67-84.